

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES

Divulgação



O advogado Pedro Taques fez a denúncia em junho

Fraude em consignados no MT vai para debate nacional

Os indícios de fraudes em empréstimos consignados na folha do serviço público em Mato Grosso sairão do âmbito estadual para duas agências nacionais. Representantes de sindicatos de servidores públicos estaduais participaram de uma reunião na Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon). A proposta de ampliação do debate se deve ao fato de que o grupo econômico

da Capital Consig está no rol de consignatárias de aposentados e pensionistas do INSS.

“O que identificamos não é uma irregularidade pontual, mas um esquema com atuação coordenada e formação de grupo econômico para práticas irregulares e até criminosas contra milhares de servidores”, destacou Pedro Taques, do escritório AFG&Taques.

Correio da Manhã denunciou golpe

O advogado avalia que “é fundamental que a Câmara dos Deputados e os demais órgãos de fiscalização nacional atuem para responsabilizar os culpados e proteger os servidores do estado”.

Taques reforçou o empenho de todas as entidades na apuração das denúncias dos servidores, trabalho que embasou a atuação da equipe jurídica.

Conforme o Correio da Manhã noticiou na edição de 26 de junho deste ano, pelo menos 20 mil servidores públicos tiveram descontos em seus contracheques sem autorização.

Conforme o Correio da Manhã noticiou na edição de 26 de junho deste ano, pelo menos 20 mil servidores públicos tiveram descontos em seus contracheques sem autorização.

Secom/PMVR



Cofen: enfermagem é categoria essencial à saúde

Piso nacional de enfermagem será avaliado no Supremo

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) ganhou as redes sociais para mobilizar a categoria visando sensibilizar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que vão julgar o mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.222 entre os dias 19 a 26 de setembro.

O conselho pede ao STF que seja reconhecida a plena constitucionalidade da Lei 14.434/2022 e que sejam afastadas todas as interpretações não previstas pelo legislador.

O Cofen defende que seja firmado entendimento de que o piso corresponde ao salário-base.

Sem negociação coletiva prévia

O Conselho Federal de Enfermagem reivindica que seja afastada a exigência de negociação coletiva prévia como condição de eficácia da lei, sendo assegurada a aplicação imediata do piso em todo o território nacional sem proporcionalidade em relação à jornada de 44 horas semanais.

No memorial protocolado no Supremo, o Cofen reafirma que a enfermagem é categoria essencial à saúde, com jornada desgastante e vulnerabilidade remuneratória. Conforme o conselho, a postergação do piso afeta diretamente a qualidade do atendimento no SUS e na saúde suplementar.

Audiência sobre saúde pública

O Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal durante audiência pública sobre a violência contra profissionais de enfermagem no DF, criticou a falta de estrutura da saúde pública na capital do país e destacou que o problema não pode ser tratado como bandeira política.

A mesa foi presidida pela deputada distrital Dayse Amarílio (PSB), enfermeira e presidente da Comissão de Saúde e foi realizada na Câmara Legislativa. “As pessoas estão morrendo na fila. Eu não sei como um político consegue dormir sem se preocupar com isso”, afirmou.



Projeto de lei está em tramitação na Câmara em regime de urgência, que o isenta de passar em comissões

Por Martha Imenes

Na contramão do esperado com a reforma administrativa, que visa reestruturar o serviço público e combater os supersalários, um projeto de lei apresentado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) propõe a criação de verba indenizatória que pode turbinar os salários de servidores da corte de contas a valores de até R\$ 72,8 mil por mês.

O texto está em tramitação na Câmara dos Deputados em regime de urgência. A decisão acelera a tramitação da matéria e permite que ela seja votada diretamente no plenário, sem passar pelas comissões. Contraditoriamente, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), que coordena o grupo de trabalho que discute a reforma administrativa, votou a favor da urgência.

Para o advogado e professor associado de Direito Constitucional da PUC-SP, Marcelo Figueiredo, o projeto é “uma violação clara do princípio da moralidade administrativa previsto no artigo 37 da Constituição Federal”.

“Acho improvável que a matéria passe sem impugnação administrativa e judicial da oposição”, avalia.

‘Penduricalho’ do TCU em regime de urgência

Com o PL em tramitação na Câmara, salário de servidores pode chegar a R\$ 72,8 mil por mês

De acordo com o constitucionalista, “a reforma administrativa deveria vir para dar mais eficiência à Administração Pública e conferir racionalidade nas carreiras públicas”. Ele finaliza afirmando que o pedido do TCU representa um retrocesso no avanço da reforma.

Adicional de 25%

O texto prevê que funcionários do TCU que ocupam cargos de confiança terão direito a um adicional de até 25% sobre a remuneração bruta mensal. O penduricalho foi batizado de Indenização por Regime Especial de Dedicção Gerencial.

A “indenização” inserida

no nome tem razão de ser: ao ter essa classificação, a verba fica fora do teto remuneratório do funcionalismo, hoje em R\$ 46,4 mil, e fica livre da cobrança de Imposto de Renda.

O valor do penduricalho, segundo tabela que circula na Câmara, pode chegar a R\$ 14,6 mil em 2026. Com a soma de todas as verbas, a remuneração poderia chegar a R\$ 72,8 mil para os servidores no topo da carreira, segundo informações da Folha.

Licença no CJF

Uma decisão do Conselho da Justiça Federal (CJF), que institui licença compensatória para servidores em cargos em comissão CJ-2, CJ-3 e CJ-4

foi criticada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Sintrajufe).

“O CJF estende a uma pequena parcela da categoria uma licença que se assemelha ao penduricalho autoconcedido à magistratura. É uma medida de caráter divisionista, discriminatório e que não pode ser confundida com a meta da valorização reivindicada pelo conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário Federal”, critica a entidade.

A resolução 965/2025, diz o sindicato, serve para tentar legitimar a onda contínua de benefícios aprovados para os juizes.

Endividamento de servidores em discussão na Câmara dos deputados

Freepik

O superendividamento de servidores públicos foi tema de debate na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, que decidiu criar uma subcomissão para apresentar soluções para as irregularidades na oferta de crédito consignado.

Parlamentares chamam atenção para o risco dos servidores sofrerem um superendividamento por conta do aumento da oferta de crédito e estratégia de marketing dos bancos. De acordo com eles, servidores comprometem até 70% da folha de pagamento de alguns servidores. Participaram do debate os deputados Duarte Jr. (PSB-MA) e Daniel Almeida (PCdoB-BA). Segundo ele, das subcomissões “vão sair as propostas que podem se tornar lei para conter o endividamento dos servidores”.

Embora o limite da margem consignável seja de 35%, as instituições financeiras estariam fazendo “manobras” com a oferta de cartões de crédito consignado e empréstimo em mais de uma conta.

Em alguns casos, segundo os parlamentares, o salário é reduzido e ficam os descontos feitos na base de rendimentos anterior. Outro ponto abordado pela Comissão foram as altas taxas de juros. Os deputados sugeriram



Servidores comprometem até 70% do salário com descontos no contracheque

mudanças na legislação para proteger os servidores de abusos no crédito consignado. Entre as propostas estão limitar as cobranças de juros, criar um período seis meses de moratória que permita suspender o pagamento das parcelas e aumentar a fiscalização para coibir manobras usadas sobre a margem consignável.

Especialistas avaliam que o endividamento de servidores públicos é um problema significativo, com altas taxas de comprometimento da renda, muitas vezes devido à facilidade de obtenção de crédito consignado e à falta de planejamento.

Causas e fatores

■Crédito consignado - a facilidade e a atratividade do crédito consignado impulsionam o aumento das dívidas, levando a um comprometimento de grande parte da remuneração.

■Educação financeira - a ausência de planejamento financeiro e de conhecimento sobre gestão do dinheiro contribui para o descontrole financeiro.

■Pressão do consumo e marketing - a publicidade e o marketing agressivo das instituições financeiras atraem os consumidores para o endividamento.

inflação e a ausência de suporte financeiro adequado para os servidores públicos agravaram a situação do endividamento.

Consequências

■ Impactos na saúde - acúmulo de dívidas causa estresse, ansiedade e depressão, afetando a saúde física e mental dos servidores.

■Desgaste na vida familiar - a situação financeira descontrolada pode levar à insatisfação conjugal e aumentar o sofrimento emocional.

■Problemas econômicos - a redução do poder de compra e investimento dos servidores compromete a economia local.